



REPETIR SEM ELABORAR: O ESTATUTO DA REPETIÇÃO ENTRE FREUD E DELEUZE

Repeating without elaborating: the repetition between Freud and Deleuze

Leonardo da Silva Rodrigues¹

RESUMO

O texto visa apresentar a querela entre Sigmund Freud e Gilles Deleuze acerca da noção de “repetição” – noção fundamental tanto para a metapsicologia do primeiro, quanto para a filosofia do segundo. Através da crítica de Deleuze ao caráter eminentemente negativo e “derivativo” da repetição em Freud (ideia que, no caso de Freud, aparece sobretudo em dois textos fundamentais: “Recordar, repetir e elaborar”, de 1914, e “Além do princípio do prazer”, de 1920), será refeito o itinerário das “sínteses do tempo”, presentes na obra *Diferença e repetição*, apontando para uma noção positiva de repetição – sem, contudo, incorrer às figuras do Mesmo e ao primado da representação. Uma “repetição complexa”, que se faz acompanhar de uma “diferença pura”, cuja temporalidade mais adequada é aquela própria à lógica da multiplicidade, isto é, um tempo “não-reconciliado”, parafraseando a expressão de Peter Pál Pelbart.

Palavras-chave: Repetição; Elaboração; Sínteses do tempo.

ABSTRACT

The text aims to present the quarrel between Sigmund Freud and Gilles Deleuze about the notion of “repetition” – a fundamental notion both for the metapsychology of the first, and for the philosophy of the second. Through Deleuze’s criticism of the eminently negative and “derivative” character of repetition in Freud (an idea that, in Freud’s case, appears mainly in two fundamental texts: “Remembering, Repeating and Working”, from 1914, and “Beyond the pleasure principle”, from 1920), the itinerary of the “synthesis of time”, present in the work *Difference and repetition*, will be redone, pointing to a positive notion of repetition, without, however, incur the figures of the Same and the primacy of representation. A “complex repetition”, which is accompanied by a “pure difference”, whose most appropriate temporality is that proper to the logic of multiplicity, an “unreconciled” time, to paraphrase Peter Pál Pelbart’s expression.

Keywords: Repetition; Working Through; Time synthesis.

Introdução

O problema da repetição no interior da obra de Gilles Deleuze recebe, ainda hoje, uma atenção menor por parte dos estudos e comentários acerca de seu sistema filosófico. Mormente considerado como um par opositor à noção de “diferença” – que remete, em última instância, às dicotomias conceituais que percorrem toda a obra do filósofo (tais como arborescente/rizomático, estriado/liso, atual/virtual, extensivo/intensivo etc) – o

¹ Universidade de São Paulo. E-mail: leoorodrigues20@gmail.com
CADERNOS PET, V. 13, N. 26

conceito de “repetição” para a filosofia deleuziana tem, ele próprio, uma ocupação de difícil caracterização.

Um dos eixos possíveis para apresentar o desenvolvimento desse conceito passa pela explicitação do denso debate que o autor estabelece com a psicanálise no interior da obra *Diferença e repetição*. Nesta obra, que pertence a um momento anterior à redação do díptico *Capitalismo e esquizofrenia*, escrito em parceria com Félix Guattari, Deleuze explicita suas indagações propriamente filosóficas às teses psicanalíticas, bem como usufrui de várias especulações e resultados apresentados pela clínica psicanalítica para dar sustentação à sua própria teorização. Caberia, então, apresentar as bases do debate de Deleuze com a psicanálise nesta obra para melhor elucidar tal questão. Tomaremos de início, para os fins almejados neste artigo, dois textos de Freud nos quais a ideia de “repetição” aparece de modo mais sistemático, a saber, seu texto clínico mais famoso, intitulado “Recordar, repetir e elaborar”, de 1914, e “Além do princípio do prazer”, de 1920.

O estatuto da repetição em Freud

Em “Recordar, repetir e elaborar”, Freud faz uma recapitulação de sua clínica com o objetivo de orientar a atividade analítica futura. Ele começa por abordar as diferenças operatórias entre as duas práticas de tratamento que utilizou até aquele momento, a saber, a hipnose, fundada na recordação (*Erinnerung*), e a clínica analítica, fundada nas associações livres. Na primeira fase de seu trabalho, Freud se baseava na catarse e na hipnose como método de tratamento, cuja operacionalidade se valia da recordação e da ab-reação. Nas palavras de Freud:

Nesses tratamentos hipnóticos, o processo de recordar assumia forma muito simples. O paciente colocava-se de volta numa situação anterior, que parecia nunca confundir com a atual, e fornecia um relato dos processos mentais a ela pertencentes, na medida em que permaneciam normais; acrescentava então a isso tudo o que podia surgir como resultado da transformação dos processos, que na época haviam sido inconscientes, em conscientes.²

² FREUD, Sigmund. “Recordar, repetir e elaborar”. In: *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Trad. José Octavio de Aguiar Abreu. Vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1969, p. 194.



A recordação de componentes psíquicos associados ao sintoma proporcionava uma descarga de fundo terapêutico que aparentava curar as feridas próprias à clivagem da consciência e, desse modo, constituía a meta analítica dessa primeira fase. No entanto, tal prática encontrou entraves quando Freud fez a descoberta do fenômeno clínico da resistência:

Há certos casos que se comportam como aqueles sob a técnica hipnótica até certo ponto e só mais tarde deixam de fazê-lo, mas outros conduzem-se diferentemente desde o início. Se nos limitarmos a este segundo tipo, a fim de salientar a diferença, podemos dizer que o paciente não *recorda* coisa alguma do que esqueceu e reprimiu, mas expressa-o pela atuação ou *atua-o* (*acts it out*). Ele o reproduz não como lembrança, mas como ação; *repete-o*, sem, naturalmente, saber que está repetindo.³

De acordo com essa caracterização, a recordação associa-se com a atividade de rememoração daquilo que pode ser lembrado, enquanto a repetição associa-se com uma atividade determinada por elementos psíquicos recalcados que se atualizam na forma de ato durante a análise. Desse modo, segundo Freud, “[...] o paciente não diz que recorda que costumava ser desafiador e crítico em relação à autoridade dos pais; em vez disso, comporta-se dessa maneira para com o médico”.⁴ Portanto, repete-se aquilo que não consegue ser rememorado. A análise torna evidente aquilo que não é perceptível ou reconhecível pelo paciente, uma vez que “[...] quanto maior a resistência, mais extensivamente a atuação [...] substituirá o recordar, pois o recordar ideal do que foi esquecido, que ocorre na hipnose, corresponde a um estado no qual a resistência foi posta completamente de lado”.⁵

Nessa trama, a transferência assume uma relação direta com a repetição. Isto é, ela própria passa a ser um “momento” da repetição, enquanto a repetição é “[...] uma transferência do passado esquecido, não apenas para o médico, mas também para todos os outros aspectos da situação atual”.⁶ A relação transferencial cumpre, dessa forma, um papel ativo com as repetições suscitadas em análise, e desse modo é assinalada uma íntima associação entre a resistência, a repetição e a transferência. Quanto mais hostil e violenta for a transferência do paciente, mais se repete ou atua (*act out*) e menos se recorda, uma vez que a recordação implica a retomada de um acontecimento com um

³ *Id. Ibid.* p. 196.

⁴ *Id. Ibid.*

⁵ *Id. Ibid.* p. 197.

⁶ *Id. Ibid.*



certo grau de esclarecimento mnemônico e simbólico do passado, enquanto a repetição, como já foi dito, caracteriza-se como uma força atual, destituída de rememoração.

É neste momento que Freud lança mão da noção de elaboração (*Durcharbeiten*) em sua clínica, um operador capaz de lidar com a resistência e com a ausência de simbolização própria à repetição. Lembremos: ao repetir, o paciente atua e reproduz acontecimentos que não foram mediados pela linguagem e pela esfera simbólica enquanto encadeamento causal. Nesse sentido, a repetição caracteriza-se como a doença, mas também como a própria condição para a cura, uma vez que apenas a compreensão intelectual dos mecanismos de produção de sintomas não é suficiente para que o paciente se liberte deles. É preciso atuá-los, pois somente a experiência atual fornece linhas de fuga originais para a repetição, dando ao analista a possibilidade de elaborar a repetição simbolicamente, situando assim o analisando com seus próprios mecanismos de resistência, em uma trama temporal de tipo não-determinista. Como sintetizará Lyotard: “o paciente tenta elaborar a sua perturbação presente associando livremente elementos aparentemente inconsistentes com situações passadas”.⁷

Em linhas gerais, pode-se dizer que o esquema desenvolvido por Freud apresenta, de início, uma concepção “negativa” da repetição. O passado é entendido como um excesso de carga pulsional que persiste em ser economicamente satisfeito através de uma descarga que o atualiza no presente, sob a forma de ato. Aqui, a repetição é subordinada ao plano reativo do recalque, entendida como a consequência de uma insuficiência ou incapacidade de simbolização e seus correlatos no plano da representação individual. Porém, Freud dá indícios de que há, no seio de sua reflexão metapsicológica, um tipo de repetição que ultrapassa a condição de reatividade e se constitui como um verdadeiro “princípio” no interior da vida psíquica. Tal reflexão será formulada seis anos após o artigo “Recordar, repetir e elaborar”, naquele que é seu texto mais próximo de uma problemática eminentemente filosófica, intitulado “Além do princípio do prazer”, de 1920. Nesse texto, Freud aproxima-se de uma investigação propriamente transcendental, uma vez que se atém ao problema dos princípios.⁸

⁷ LYOTARD, Jean François. *O pós-moderno explicado às crianças*. Trad. Tereza Coelho. Lisboa: D. Quixote, 1987, p. 97.

⁸ É preciso salientar, contudo, que a proximidade com uma reflexão de caráter transcendental interessa mais a Deleuze do que a Freud. Essa será a tese defendida por Deleuze em *Apresentação a Sacher-Masoch*, onde o autor diz que “Além do princípio do prazer” é o texto freudiano que “[...] empreende, do modo mais direto



Cabe ressaltar, de antemão, que até o momento da redação deste texto, o princípio mais fundamental a reger a vida psíquica, para Freud, é o princípio do prazer. É ele quem assegura, na dimensão dos processos psíquicos primários, que o aparelho primitivo incorra a um alívio de excitação. Ou seja, se acompanharmos a esquematização própria ao aparelho psíquico desenvolvida por Freud naquela que é a obra fundacional da psicanálise, *A interpretação dos sonhos*, de 1900, veremos como a busca pelo prazer associada ao alívio da tensão e ao contorno do desprazer configura-se como a “meta” a ser atingida pelo inconsciente enquanto instância responsável pelos processos psíquicos primários e, em seguida, mediada pelo subconsciente enquanto instância responsável pelos processos psíquicos secundários. No entanto, durante sua experiência analítica, Freud se deparou com casos clínicos que colocavam à prova a validade do princípio do prazer como postulado primário. Vale ressaltar: tais casos não se apresentaram a Freud como “exceções” ao princípio do prazer, o que em última instância poderia ser posteriormente conciliado a ele, mas sim como sendo exteriores e independentes em relação a ele. É da percepção dessa independência em relação ao princípio do prazer que surge a necessidade de ir além das considerações de caráter empírico (isto é, um princípio empírico, identificado como uma lei, capaz de coordenar a vida psíquica de modo constante) para o domínio do transcendental, no intuito de identificar o que submete a vida psíquica à dominação propriamente empírica do princípio do prazer.

Os casos mencionados por Freud nesse texto são as brincadeiras infantis, os fenômenos de transferência, as “compulsões de destino” e os sonhos próprios às neuroses traumáticas. Nesses quatro casos, ainda é possível fazer uma leitura sob a égide do princípio do prazer, mas tal interpretação mostra-se insuficiente e aponta para uma “outra cena”. Segundo Freud:

Em vista dessas observações, extraídas da conduta na transferência e do destino das pessoas, sentimo-nos encorajados a supor que na vida psíquica há realmente uma *compulsão à repetição*, que sobrepuja o princípio do prazer [...] O que ainda resta é bastante para justificar a hipótese da compulsão de repetição, e esta quer nos parecer mais primordial, mais elementar, mais instintual do que o princípio do prazer, por ela posto de lado.⁹

[...] uma reflexão puramente filosófica. A reflexão filosófica deve ser chamada ‘transcendental’, termo que designa certa maneira específica de considerar o problema dos princípios” (DELEUZE, 2001, p. 114).

⁹ FREUD, Sigmund. “Além do princípio do prazer”. In: *História de uma neurose infantil: (“O Homem dos Lobos”): além do princípio do prazer e outros escritos (1917 – 1920)*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: CADERNOS PET, V. 13, N. 26

É formulada, assim, a hipótese de uma compulsão à repetição (*Wiederholungszwang*) como estágio mais primitivo da vida psíquica. Para sustentar tal hipótese, Freud reflete sobre a neurose traumática e seus embates entre relações internas e externas. Lembremos que, segundo o modelo desenvolvido na obra *A interpretação dos sonhos*, o sujeito possui uma agência pré-consciente responsável por mediar a relação entre o organismo e os estímulos advindos do exterior, servindo de “barreira” para que não sofra um excesso de excitações e nem incorra em alucinações durante o processo de busca pela meta determinada pelo princípio do prazer. No caso de um trauma físico, há a ocorrência de uma ruptura na barreira protetora, permitindo que os fluxos excitatórios externos transitem aleatoriamente no organismo. Quando isso ocorre, o organismo busca outros mecanismos de defesa, suspendendo temporariamente o primado do princípio do prazer. Segue-se assim uma atividade geral de contra-investimento libidinal, na qual o organismo mobiliza as energias presentes no seu interior com o intuito de bloquear ou barrar o excesso excitatório externo. Em decorrência disso, o organismo ativa uma defesa que ocupa um papel de ligação e estruturação da excitação invasora dispersa, submetendo esses fluxos dispersos de modo contingente a uma forma coordenada. De acordo com Freud:

Então seria tarefa das camadas elevadas do aparelho psíquico ligar a excitação dos instintos que atinge o processo primário. O malogro desse ligamento provocaria um distúrbio análogo à neurose traumática; somente após a sua realização o domínio do princípio do prazer (e de sua modificação, o princípio da realidade) poderia ocorrer sem estorvos. Até então, porém, a outra tarefa do aparelho psíquico, controlar ou ligar a excitação, teria precedência, não em oposição ao princípio do prazer, é certo, mas de forma independente dele e sem consideração por ele, em parte.¹⁰

No entanto, quando há uma neurose traumática, isto é, casos onde há uma carga de excitação muito grande, como em acidentes ou catástrofes, mas onde não há danos físicos no sujeito, a origem da invasão excitatória não é externa. Nesses casos, uma proteção contra estímulos internos não é possível, já que as excitações das camadas mais profundas

Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 183-184, grifos meus.

¹⁰ *Id. Ibid.* p. 199.



transmitem-se a esse sistema sem que sofram redução. Isso implica dizer que, a depender da intensidade do evento traumático, pouco adianta a reserva energética do organismo enquanto atividade de ligação. Quando tal atividade falha ou não se torna possível, o organismo incorre a uma compulsão de repetição, como nos sonhos dos combatentes remanescentes da Primeira Guerra Mundial mencionados por Freud. Tal repetição é, para Freud, a instância mais primitiva do organismo na tentativa de contornar o trauma, “imobilizando” as energias invasoras de modo retrospectivo, o que resulta na angústia.

Assim, depreendem-se duas atividades que se encontram além do princípio do prazer, como efeito mais primitivo: as atividades de ligação (que possibilitam a instauração do princípio do prazer através de uma forma coordenada) e a compulsão à repetição, sendo que, no caso desta última, ela se apresenta como característica universal inerente às pulsões, uma manifestação da inclinação conservadora das pulsões, visto que “[...] todos os instintos querem restabelecer algo anterior”,¹¹ como uma espécie de retorno ao estado inorgânico, destituído de todas as excitações.

Através dessas reflexões, Freud chega à conclusão de que, no princípio, todas as pulsões seriam de morte, sendo as pulsões de vida (as pulsões de ego e as pulsões sexuais) uma construção posterior. Assim, se no início a diferença entre as pulsões era “[...] originalmente pensada como de algum modo qualitativa, deve ser agora caracterizada de outra forma, isto é, como sendo *topológica*”.¹² O aspecto conservador das pulsões apresenta-se, assim, diferente em cada caso: a conservação vista como uma manutenção e estruturação do organismo (próprio às pulsões de vida) e a conservação vista como um retorno ao estado anterior (próprio à pulsão de morte).

Trata-se de uma reorientação importante no interior do pensamento freudiano, visto que a pulsão ocupava, até então, a finalidade de satisfação de um desejo, tendo como necessidade a articulação de um objeto exterior que seria inscrito no domínio das representações individuais do sujeito. A partir do texto “Além do princípio do prazer”, no entanto, outro modo de interpretar a pulsão é sugerido, através de uma compreensão da pulsão como alheia às representações individuais, pensada em estado bruto. Além disso, ao associar a atividade de compulsão à repetição com a dimensão própria à pulsão de morte, assinalando, desse modo, a associação desta forma de repetição com uma atividade

¹¹ *Id. Ibid.* p. 203.

¹² *Id. Ibid.* p. 223.



de anulação da excitação dispersa pela via de um retorno à matéria inanimada, Freud aprofunda o caráter negativo de tal operador no interior de sua clínica. Isto é, embora Freud forneça subsídios para ir além de uma noção de repetição pensada como elemento “derivativo” de um efeito regressivo de recalque, que aponta para uma incapacidade de simbolização do indivíduo, ele também acaba por aprofundar a associação entre repetição e negatividade ao indicar uma negatividade primária implícita no processo de variabilidade estrutural do objeto da pulsão, uma espécie de inadequação fundamental entre a pulsão sexual e o objeto empírico *tout court*.

Nesse sentido, a partir do texto freudiano será possível depreender tanto uma repetição com possibilidade de elaboração, que surge como forma de tratamento com o intuito de contornar a ausência de simbolização que lhe é constituinte e lidar retrospectivamente com o conteúdo recalçado da experiência, quanto uma repetição destituída de elaboração, que apareceria como a forma de “manifestação” da potência de negação de cada indivíduo que contorna o princípio do prazer e que é própria da pulsão de morte. Característica essa reforçada anos mais tarde por Lacan, quando este afirma que “[...] a rememoração comporta sempre um limite”.¹³ Ou seja, como se a possibilidade de uma “correção” *a posteriori* do processo de repetição e do recalçamento a ele associado fosse incapaz de contornar essa negatividade originária que assegura a variabilidade do objeto pulsional e que não cessa de se fazer presente.

A repetição e as sínteses do tempo em Deleuze

Essas questões todas trazidas por Freud no interior de sua clínica serão fundamentais para Deleuze. Como pontua Pierre Montebello, a princípio é esse mistério que Deleuze tenta solucionar: “por que uma filosofia de Eros tem a necessidade de um princípio novo, Tântatos? Que estranha aventura. Que o desejo seja desejo de morte, que o desejo esteja ligado à morte. Como o compreender?”.¹⁴ A leitura empreendida por Deleuze terá início em um texto de 1967, dedicado ao romancista austríaco Leopold von Sacher-Masoch, chamado *Apresentação a Sacher-Masoch*. Nesse texto, Deleuze diz que a distinção entre pulsões de vida e pulsões de morte, entre Eros e Tântatos, “[...] só pode ser

¹³ LACAN, Jacques. *Le Séminaire: Livre XI. Les quatre concepts fondamentaux de la psychanalyse*. Paris: Éditions du Seuil, 1973, p. 40.

¹⁴ MONTEBELLO, Pierre. “L’instinct de mort chez Deleuze. La controverse avec la psychanalyse”. In: *dois pontos*. Curitiba, São Carlos, vol. 8, n. 2. pp 15-26, outubro, 2011, p. 16.



compreendida em virtude de outra [distinção] mais profunda: a que existe entre as pulsões de morte ou de destruição e o *instinto* de morte”.¹⁵

Deleuze vê nessa torção do binômio freudiano o atestado de coexistência de dois registros presentes na teoria das pulsões: um empírico e outro transcendental. Nessa torção, teríamos que o princípio do prazer seria responsável por orientar a vida psíquica do Id, uma vez que toda representação ou toda pulsão inconsciente busca o prazer e a repetição do prazer. A partir da experiência empírica do prazer, Deleuze entende que Freud deve se orientar em direção àquilo que “funda” o prazer, isto é, questionar-se sobre o fundamento de tal compulsão repetitiva. E tal especulação não permite que a resposta seja encontrada no mesmo domínio da experiência no qual se identificou a repetição do prazer enquanto tendência, sendo necessário recorrer ao registro transcendental. Dito ainda de outro modo: Freud teria descoberto que “[...] o prazer já é energia ligada, uma excitação ligada à uma repetição, e só essa ligação permite a descarga, torna possível o prazer”.¹⁶ Força de ligação essa que se faz presente nas experiências de amor, na família e na vida social. E para que essa força de ligação exista, uma outra potência do desejar deve se afirmar na não-ligação, repetindo-se sem se ligar, sem procurar o prazer, caracterizando-se como um “rumor silencioso” do inconsciente: “Tânatos está para além do prazer porque é uma energia que não se liga, que circula por toda parte, que não fala, que não tem representante, mas sem a qual o princípio do prazer não teria sentido”.¹⁷

Desse modo, tal distinção proposta por Deleuze será útil para solucionar alguns impasses suscitados pela pulsão de morte na psicanálise freudiana, e mostra-se em consonância com o texto de 1920, ao aproximar o inconsciente de uma discussão sobre os fundamentos. Para tanto, no que diz respeito ao registro empírico, Deleuze enfatizará o primado do princípio do prazer, dividido pelas pulsões eróticas e pelas pulsões destrutivas, que “representam” um estado sub-reptício que reside no registro transcendental, onde Eros e Tânatos operam em estado puro:

Como resultado da busca transcendental, Eros é quem torna possível a instauração do princípio do prazer, mas trazendo sempre e necessariamente consigo Tânatos. Nem Eros nem Tânatos podem ser

¹⁵ DELEUZE, Gilles. *Presentación de Sacher-Masoch: Lo frío y lo cruel*. Trad. Irene Agoff. Buenos Aires: Amorrortu, 2011, p. 33.

¹⁶ MONTEBELLO, Pierre. *Ibid.*

¹⁷ *Id. Ibid.* p. 17.



dados ou vividos. Só são dadas na experiência combinações de ambos, sendo o papel de Eros ligar a energia de Tântatos e submeter essas combinações ao princípio do prazer no Id.¹⁸

Nessa esteira, teremos a primeira formulação filosófica da ideia de “repetição” no pensamento de Deleuze, surgindo como uma síntese transcendental associada à atividade de ligação de Eros no registro empírico. Além disso, Deleuze também reconhece uma repetição transcendental associada a Tântatos e à tendência ao inanimado. Porém, algo sobressai na caracterização de Freud que não passa despercebido por Deleuze: trata-se da estranha ocupação da “morte” no inconsciente freudiano, ocupação que sustenta uma definição “extrínseca”, “científica” e “objetiva”, que conserva uma experiência da morte como puro retorno à matéria inanimada, mantendo – ao menos como tendência – o modelo de uma repetição “bruta”, dado o papel do Id como solo de fixação. Nesse sentido, Deleuze entende que a noção psicanalítica de repetição conservaria um modelo pautado no binômio originário/derivado, uma cena onde há um passado “nu”, “bruto”, e um presente “vestido”, “disfarçado”, de onde a repetição emerge sustentando uma “máscara”. Uma repetição, enfim, que depende do efeito negativo do recalque para existir, e que por isso mantém uma natureza também negativa, derivada. Conforme sintetiza Monique David-Ménard a esse respeito: “Deleuze censura Freud por ser prisioneiro de uma concepção material da repetição”.¹⁹ Essa concepção perdura no texto de 1920, que, embora avance na investigação de uma noção positiva de repetição, não ultrapassa os ditames do pensamento representativo:

A compulsão à repetição e seu automatismo repousariam na ideia, tomada ao pé da letra, de um retorno da vida das pulsões ao inanimado. A especulação evolucionista de Freud, em ‘Além do princípio do prazer’ – que diz que as pulsões são conservadoras na medida em que buscam pôr fim justamente na tensão que constituem, e a retornar ao inanimado como fim das tensões – não se desenvolveria se ele não acreditasse num anterior absoluto cujos rostos são sucessivamente o termo primeiro dos fantasmas (a mãe como se ela fosse a primeira) e a morte.²⁰

A partir de *Diferença e repetição*, Deleuze proporá uma especulação que visa

¹⁸ DELEUZE, Gilles. *Ibid.* p. 118.

¹⁹ DAVID-MÉNARD, Monique. *Deleuze e a psicanálise*. Trad. Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 98.

²⁰ *Id.* *Ibid.* p. 98-99.



superar tais impasses identificados na psicanálise freudiana. Sua obstinação vai na direção de introduzir modalidades de repetição que não são derivadas do efeito reativo do recalque e tampouco conservam uma negatividade de fundo que se justifica pela variabilidade estrutural do objeto da pulsão, o que acaba por redimensionar o estatuto da “morte” no debate sobre a repetição. Não obstante, a partir de Hume, Bergson e Nietzsche, Deleuze identificará a importância de relacionar toda reflexão sobre a repetição com modelos de temporalidade que se manifestam de acordo com os estágios de síntese veiculados por formas de agência pré-individuais na instância psíquica. Desse modo, se Deleuze recorre inicialmente a Hume, será para introduzir uma modalidade positiva de repetição, ao mesmo tempo que alheia à ideia de representação e ao primado de uma instância egóica de agenciamento subjetivo. Como sintetizará Peter Pál Pelbart:

A problemática da repetição, seja ela fundada no presente ou no passado, tem por pano de fundo a questão da representação. Em que condições uma repetição ressalta os princípios da representação (identidade, semelhança), em que condições ela os subverte? É nessa perspectiva que se deve ler a “progressão” entre as três sínteses temporais expostas por Deleuze.²¹

Assim, Deleuze iniciará seu itinerário pelas sínteses do tempo com Hume, reproduzindo sua fórmula clássica, segundo a qual: “*A repetição nada muda no objeto que se repete, mas ela muda alguma coisa no espírito que a contempla*”.²² Segundo a fórmula de Hume, a repetição não possuiria um “em si”, isto é, ela se desfaz à medida que se faz, uma vez que cada apresentação é independente e possui autonomia com relação às demais. Mas para o espírito que contempla, uma diferença se produz através de uma síntese que retém essas apresentações, fornecendo a emergência da subjetividade e, posteriormente, a constituição do tempo. Mas como se dão essas operações? Segundo Deleuze, tais retenções provêm da imaginação, que se define como um “poder de contração”: “placa sensível, ela retém um [instante] quando o outro aparece”.²³ É importante salientar como tal operação não se confunde com a memória e tampouco provém do entendimento, uma vez que uma contração não é uma reflexão. Ao invés disso, a contração seria responsável por formar uma síntese do tempo.

Essa contração anuncia uma categoria de síntese que Deleuze chamará de passiva,

²¹ PELBART, Peter Pál. *O tempo não reconciliado*. São Paulo: Perspectiva, 1998, p. 167.

²² DELEUZE, Gilles. *Différence et répétition*. 7ª ed. Paris: PUF, 1993, p. 96

²³ *Id. Ibid.*



uma síntese que, embora constituinte, não é fruto de uma atividade: “Não é feita [a síntese] pelo espírito, mas se faz *no* espírito que contempla, precedendo toda memória e toda reflexão”.²⁴ A repetição aparecerá, nessa leitura, como uma síntese passiva de ligação efetuada pela imaginação. No entanto, como assinala Pelbart,

Embora se trate de um presente vivo e vivido, nem por isso é ele remetido a uma consciência, ou a um Eu, ou mesmo a um organismo. O presente como o domínio do pré-representativo, do pré-perceptivo, do pré-receptivo, num domínio de eus larvares.²⁵

Todo esforço de Deleuze vai no sentido de tornar evidente como a constituição de um eventual sujeito é dependente das contemplações contraentes próprias à síntese passiva do hábito, com seus movimentos de variação virtual e intensiva. Um Eu passivo anterior ao Eu ativo. O que não implica, contudo, em mera receptividade: “O Eu [*Moi*] passivo não se define simplesmente pela receptividade, isto é, pela capacidade de provar sensações, mas pela contemplação contraente que constitui o organismo ele próprio antes de lhe constituir as sensações”.²⁶

Dessa forma, lendo Hume a partir de Freud, mas questionando igualmente Freud a partir de Hume, Deleuze lerá o conceito de “hábito” na filosofia de Hume como algo que é anterior à instauração de um “princípio do prazer”. Isso se dá pois, em sua leitura tradicional, a repetição característica do hábito é entendida como uma tendência que visa reproduzir o prazer outrora obtido, ou que busca, ainda que indefinidamente, um prazer futuro. Nessa leitura, o prazer é considerado como um “princípio”, no sentido de se colocar como pressuposto almejado pelas associações do hábito. A leitura empreendida por Deleuze, por sua vez, apresentará o hábito como uma síntese passiva de ligação, colocando-se como anterior ao prazer, como sua condição de existência:

O problema do hábito está portanto mal posto enquanto for subordinado ao prazer. Às vezes, consideramos que a repetição no hábito se explica pelo desejo de reproduzir um prazer obtido; às vezes, que ela pode concernir tensões desagradáveis nelas mesmas, mas para dominá-las com o objetivo de um prazer a ser obtido. É claro que estas duas hipóteses já supõem o princípio do prazer: a *ideia* do prazer obtido, a

²⁴ *Id. Ibid.* p. 97.

²⁵ PELBART, Peter Pál. *Ibid.* p. 124.

²⁶ DELEUZE, Gilles. *Ibid.* p. 107.



ideia do prazer a ser obtido não agindo de outra forma que sob o princípio e formando duas aplicações, passada e futura. Mas o hábito, como síntese passiva de ligação, precede, ao contrário, o princípio do prazer e o torna possível.²⁷

É justamente essa atividade de ligação que Deleuze aproxima das sínteses passivas do hábito, atividade responsável pela organização integradora do Eu e supressão parcial dos múltiplos “eus larvares”. Nesse sentido, as próprias contrações serão entendidas por Deleuze como atividades de ligação de um “segundo grau”, sendo que, ao nível de cada ligação, um eu (*moi*) se forma no Id, “[...] mas um eu passivo, parcial, larvar, contemplante e contraente”,²⁸ povoando assim o Id de “eus locais” que constituem o presente vivo que lhe é próprio.

O desdobramento das sínteses passivas em sínteses ativas, em Deleuze, encontra semelhanças com a passagem dos processos psíquicos primários aos processos psíquicos secundários para a psicanálise. Porém, é necessário pontuar que Deleuze eleva as sínteses passivas ao estatuto transcendental, não psicológico, enquanto que, em Freud, tanto o princípio do prazer, como o princípio de realidade, “[...] estão no mesmo passo, ainda que um ultrapasse o outro”.²⁹ O primeiro movimento, com efeito, será efetuado por esta passagem do registro transcendental ao empírico, isto é, do “além do princípio do prazer” ao princípio do prazer e seu correlato, o princípio de realidade. O segundo movimento, porém, será efetuado no interior da própria síntese passiva, que origina um segundo tipo de síntese do tempo, onde será valorizado, com Bergson, o papel da memória e do passado.

O que Bergson autorizará a Deleuze, no interior de sua reflexão a respeito da repetição em sua relação com as sínteses do tempo, é pensar o “fundamento” daquilo que é, em si, fundação. Dito de outro modo:

A primeira síntese, a do hábito, é verdadeiramente a fundação do tempo; mas devemos distinguir a fundação e o fundamento. A fundação concerne ao solo e mostra como alguma coisa se estabelece sobre este solo, o ocupa e o possui; mas o fundamento vem sobretudo do céu, vai do ápice às fundações, mede o solo e o possuidor de acordo com um título de propriedade.³⁰

²⁷ *Id. Ibid.* p. 129.

²⁸ *Id. Ibid.*

²⁹ *Id. Ibid.* p. 131.

³⁰ *Id. Ibid.* p. 108.

Nessa passagem obscura, onde o fundamento aparece como o possuidor de um “título de propriedade” sobre a fundação, destaca-se o fato de que é próprio ao presente – e, por conseguinte, à síntese passiva do hábito – o fato de passar. O presente é a fundação, mas não é capaz de evitar o fato de, enquanto presente, passar constantemente. Nesse sentido, aquilo que faz passar o presente deve ser apontado como sendo seu fundamento. E, de acordo com Deleuze, “o fundamento do tempo é a Memória”.³¹

Importante salientar aqui que tal memória não se confunde com aquela modalidade de síntese ativa que emergiria ao lado do Entendimento como resultado das sínteses de contemplação-contração do hábito. Antes, ela seria uma “síntese passiva mais profunda”, isto é, uma “síntese fundamental do tempo, que constitui o ser do passado (aquilo que faz passar o presente)”.³² A essa nova modalidade de síntese passiva, que surge a partir da memória enquanto fundamento do tempo, Deleuze dará o nome de *Mnémosyne*.

Dessa forma, Deleuze apresenta uma ideia de passado que não é um “presente que passou”, mas um passado que nunca foi presente, imemorial, uma vez que ele não se forma após o presente, mas, ao contrário, serve de fundamento para toda forma presente. Um passado, enfim, que coexiste com o presente, na medida em que se conserva enquanto passado puro e virtual. As consequências de tal leitura serão notáveis. Das sínteses passivas do hábito desdobram-se as sínteses ativas da memória e do entendimento, mas também há um aprofundamento das próprias sínteses passivas em direção à memória (*Mnémosyne*). O primeiro desdobramento contemplaria relações objetais “reais” de acordo com o princípio do prazer e o princípio de realidade, correlato à integração do Ego a partir do Id. O segundo, porém, contemplaria relações objetais “virtuais”, objetos parciais que permanecem sem se atualizar ou totalizar, problemática na qual Deleuze associa à uma vasta gama de psicanalistas, de Melanie Klein a Lacan. Como resumirá Pelbart a esse respeito,

O princípio é que o passado não pode ser pensado à maneira de um antigo presente. O passado é anterior ao presente, ele é a condição da própria passagem dos presentes: passado transcendental. Por esta mesma razão não é o passado representado, já que ele é suposto por toda representação: memória sub-representativa. A partir dessas duas

³¹ *Id. Ibid.*

³² *Id. Ibid.* p. 109.



coordenadas Deleuze pode contrapor uma memória concebida como síntese passiva, sub-representativa, transcendental, involuntária, à memória voluntária entendida como síntese ativa, representativa, vitória empírica sobre o esquecimento. A síntese passiva não vence o esquecimento, mas penetra no seu elemento. Não se representa o passado na forma de um antigo presente, mas mergulha no em-si do passado, que jamais foi presente – o imemorial que precede qualquer presente, que lhe serve de fundamento, de condição. É esse passado que constitui o objeto maior da faculdade da memória, onde ela encontra o seu limite, isto é, a sua potência, e que só a ela cabe atingir.³³

Tal observação imprime uma nova modalidade de positivação da ideia de “repetição”, entendida agora como “repetição virtual”, repetição que faz repetir a totalidade da vida a cada instante. Lembremos como, para a síntese passiva do hábito, a repetição aparecia como uma síntese de ligação entre acontecimentos singulares e diferentes entre si, repetição instaurada no espírito que contempla através de movimentos contraentes. Já com relação à segunda síntese passiva, a da memória (*Mnémosyne*), a diferença deixa de ser extraída dos acontecimentos para se incluir na própria repetição, que passa a ser repetição do Todo, da totalidade, comportando a diferença dentro de seus vários níveis. Nesse sentido, a contração deixa de ser sobre instantes e passa a ser contração do Todo pelo atual. A primeira repetição será chamada por Deleuze de “repetição material”, e a segunda, “repetição espiritual”. Com efeito, ambas não são representáveis, uma vez que não são funções de uma faculdade psicológica, mas repetições da ordem do transcendental: “Uma é negativa, por falta de conceito, a outra, afirmativa, por excesso de Ideia. Uma é hipotética, a outra categórica. Uma é estática, a outra dinâmica. Uma é repetição no efeito, a outra na causa”.³⁴

Contudo, tão logo a síntese passiva da memória foi apresentada, Deleuze já nos introduz no que seria sua limitação constitutiva, que aponta para o “sem-fundo” de onde se depreende a terceira síntese do tempo. Isso se dá pois, embora a série do real e a série do virtual formem dois polos divergentes, ou “dois arcos de um mesmo círculo”, eles não são capazes de impedir que os presentes sucessivos da realidade, que operam apenas na instância atual do polo real, se sobreponham através de suas próprias séries coexistentes. Desse modo, “é inevitável que as duas referências se confundam, e que o passado puro recaia assim no estado de um antigo presente, mesmo que mítico, reconstituindo a ilusão

³³ PELBART, Peter Pál. *Ibid.* p. 126.

³⁴ DELEUZE, Gilles. *Ibid.* p. 36.



que ele deveria denunciar”.³⁵ Ilusão essa que conservaria um binômio originário/derivado, ressaltando uma identidade na origem e uma semelhança na derivação.

Tal apontamento demonstraria como a síntese passiva da memória também sofre uma clivagem que a conduz a sínteses ativas e a um princípio de integração. Tal como a síntese passiva do hábito, que possibilitou a integração do Eu e a instauração do princípio do prazer através de sua atividade de ligação, a síntese passiva da memória conduz, inevitavelmente, a um Eu narcísico. Esse estabelecimento do Eu narcísico faz com que ele tome o lugar próprio aos objetos virtuais e condicione os elementos ao princípio do prazer, onde a libido tem um refluxo sobre o Eu e o tempo aparece condicionado à figura do círculo, parecendo incorrer à mesma ilusão que pretendia denunciar. Ainda na dimensão temporal, Deleuze nota outras questões que a síntese passiva da memória suscita. Disso decorre o seguinte problema: como evitar que a repetição vinculada por essa síntese não seja ela própria recoberta pelas repetições “nuas”, “materiais”, que ela inspira? E não se deixe, por fim, tomar pela ilusão de um “primado da repetição bruta”? Para contornar tais problemas, Deleuze introduz, enfim, a terceira síntese do tempo, onde seu interlocutor principal será Nietzsche.

Se Deleuze recorre a Nietzsche, será para introduzir uma modalidade de síntese que não se subordina ao processo integrador e narcísico do princípio do prazer, como as duas outras sínteses incorreram. Nesta terceira síntese, há a possibilidade de que uma potência sempre “exceda” e funcione de maneira independente a qualquer princípio organizador, possibilitando uma abertura perpétua, um escape a qualquer princípio que venha a se constituir. É nesse contexto que a noção de “instinto de morte” será mobilizada por Deleuze, remetendo diretamente a Freud.

Para Deleuze, o instinto de morte se apresenta como um operador de resistência contra as sínteses ativas, implicando sua funcionalidade passiva e ao mesmo tempo distanciando-se do domínio totalizante do Eu. Lembremos que Deleuze introduz a noção de “instinto de morte”, em *Apresentação a Sacher-Masoch*, associada à ideia de “repetição-borracha” e a Tântatos, em oposição à ideia de “repetição-laço”, vinculada a Eros. Já naquele contexto, o “laço” de Eros era entendido como atividade de ligação, atividade necessária à instauração do prazer como princípio no interior da vida psíquica.

³⁵ *Id. Ibid.* p. 145.



Tânatos, por sua vez, ligava-se à “borracha”, ao apagamento e à morte. No desenvolvimento deste argumento, a potência de supressão de Tânatos será associada à síntese passiva do futuro, síntese que anula o percurso que conduz às sínteses ativas.

Contudo, antes de incorrer a uma espécie de negatividade, a experiência do instinto de morte será pensada por Deleuze longe de uma redução material, limitada à determinação objetiva e biológica da matéria inanimada, tal como aparecera em Freud. A morte aqui entendida não se reduziria à negação, nem ao negativo próprio ao princípio de oposição. Antes, ela seria algo como a forma derradeira do “problemático”, isto é, a fonte de problemas e questões e a marca da permanência de tais problemas acima de toda resposta formulada. Mais do que isso, a morte aparece aqui como potência de afirmação de uma instância não-representativa e pré-pessoal, que é imanente à toda forma de subjetividade. Como sintetizará brilhantemente Pierre Montebello, situando este problema com a trama perspectivista que lhe é própria: “há uma pulsão de vida não individual, pré-pessoal, anônima, substância imanente do desejo [...] e essa pulsão de vida é morte do ponto de vista do ego, mas vida do ponto de vista da morte do ego”.³⁶

Ao contrário, portanto, do perecimento físico e do retorno à matéria inanimada, que indica a morte como “experiência do fora” (*dehors*), será proposta uma morte que designa “[...] o estado das diferenças livres quando elas não estão mais submetidas à forma que lhe davam um Eu [*Je*], um eu [*moi*], quando elas se desenvolvem numa figura que exclui *minha* própria coerência da mesma forma que aquela de uma identidade qualquer”.³⁷ De modo que concluirá Deleuze, numa passagem célebre: “Há sempre um ‘morre-se’ mais profundo que o ‘eu morro’”.³⁸ Será o caso de pensar, contra Freud, não uma oposição insolúvel entre Tânatos e Eros, instinto de morte e instinto de vida, mas Tânatos como complemento a Eros, anterior a ele e servindo como veículo de dessexualização, instinto de morte como Eros dessexualizado. Essa é a maneira, para Deleuze, de superar a armadilha narcísica a que incorrem as sínteses passivas da memória.

Essas considerações implicam, novamente, uma redefinição da ocupação do tempo, onde é o futuro que passa a conter a verdade da totalidade temporal. Somente através do recurso ao incondicionado do futuro, do porvir, é possível subverter a visada do tempo circular, do tempo como círculo. Não obstante, a psicanálise teria inovado ao

³⁶ MONTEBELLO, Pierre. *Ibid.* p. 20.

³⁷ DELEUZE, Gilles. *Ibid.* p. 149.

³⁸ *Id.* *Ibid.*

introduzir uma reorientação direcional na seta temporal. Como constata Pelbart,

Há um século, a psicanálise teve o mérito de introduzir na seta do tempo uma inversão perturbadora. Ao invés do encadeamento passado => presente => futuro, Freud propôs a série presente => passado => futuro. Coube a Lacan, sob inspiração da fenomenologia, postular a ressignificação retroativa em função do futuro, na forma: presente => futuro => passado.³⁹

No entanto, o que se apresenta com Deleuze não é mais uma alteração no sentido da seta temporal, que ainda pressuporia uma noção circular do tempo, mas “[...] a abolição da ideia mesma de uma seta, de uma direção, de um sentido do tempo, em favor de uma multiplicidade de setas, direções e sentidos”.⁴⁰ Nesse sentido, a noção de “eterno retorno” nietzschiana surge como conceito central, através da singular leitura feita por Deleuze, segundo a qual “o eterno retorno é potência de afirmar, mas ele afirma tudo do múltiplo, tudo do diferente, tudo do acaso, exceto o Um, o Mesmo e o Necessário”.⁴¹ Ou seja, é no futuro que a repetição se torna diferença positiva, afirmando-se enquanto devir. Mas uma coisa ainda não está clara. Por que falar em repetição, em um “eterno retorno”, se a categoria do futuro aponta, justamente, para o novo? Nas palavras de Pelbart:

Dito isto sobre a precedência do futuro, por que razão falar em “repetição” do futuro se é ele o “absolutamente novo”? Não seria o “absolutamente novo” precisamente aquilo que subverte a noção de uma “repetição”, devendo ser pensado como uma criação *ex-nihilo*? Tendo em vista o horizonte deleuziano que foi exposto, essa questão perde o sentido. Pois a repetição, para Deleuze, tem um estatuto ontológico preciso. A repetição é o equivalente ao ser, e o ser equivale à afirmação. Para dizê-lo de outra maneira: o ser é o ser do devir; voltar é o ser do que devém, de modo que a própria diferença é impensável sem a repetição que a afirma. A repetição do presente ou a do passado são insuficientes, na medida em que a primeira se “tranvasa” à repetição uma diferença, como vimos com a contração, e na segunda a repetição “compreende” a diferença como variante, como é o caso na memória. É apenas na terceira repetição que a repetição *torna-se* a diferença em si mesma, que a repetição *se iguala à diferença*, isto é, se iguala ao *desigual*.⁴²

³⁹ PELBART, Peter Pál. “Tempos agonísticos”. In: *Concinmitas*. Ano 16, Vol. 2, n. 27, 2015, p. 41.

⁴⁰ *Id. Ibid.* p. 42.

⁴¹ DELEUZE, Gilles. *Ibid.* p. 152.

⁴² PELBART, Peter Pál. *O tempo não reconciliado*, p. 172.



Conclusão

Para concluir, é preciso enfatizar que, nas três formas de repetição apresentadas, há a presença de uma atividade que contorna o império do princípio do prazer, apresentando um “para além”, como elemento mais anterior: “A repetição-liame, a repetição-mancha, a repetição-borracha: os três para além do princípio do prazer”.⁴³ A diferença crucial entre elas é que, enquanto a repetição do hábito e a repetição da memória fornecem, respectivamente, a fundação e o fundamento do tempo, dentro de sua lógica que conduz à instauração do Eu por processos de ligação e de associação narcísica, a repetição no eterno retorno mostra o próprio “sem fundo” no qual ambas emergem, o solo de contingência que possibilita a necessidade.

Assim, estamos finalmente em condições de justificar o título deste artigo. Em Freud notaremos dois expedientes distintos, no qual o primeiro irá conduzir, através de uma atividade terapêutica, para um exercício de elaboração como forma de contornar a repetição que é própria ao fenômeno clínico da resistência, articulando de modo singular elementos inconsistentes da experiência atual do paciente com situações passadas que não foram submetidas à rememoração, com todos os seus mecanismos simbólicos, constituindo assim uma trama complexa de tipo não-determinista. Já o segundo expediente, que se tornará evidente através da investigação “transcendental” proposta em “Além do princípio do prazer”, irá indicar uma repetição como forma de manifestação da negatividade que é própria à variabilidade estrutural do objeto da pulsão em cada sujeito, isto é, uma repetição que manifesta uma tendência de retorno à matéria inanimada próprio à pulsão de morte como efeito anterior ao princípio do prazer.

No caso de Deleuze, por sua vez, falaremos de uma “repetição sem elaboração” na medida em que a repetição se mostrará como atividade positiva de formas pré-pessoais, larvares, dinâmicas e intensivas de subjetividade, isto é, atividades que são anteriores à consolidação do Eu e de formas egóicas de intencionalidade e de determinação da vontade, associadas a uma trama temporal complexa e aberta, que se posiciona de modo perspectivista a cada novo movimento operado por suas sínteses passivas. Situar tais problemas suscitados pela densa investigação de Deleuze, que relaciona de modo complexo crítica e clínica e que é anterior às reflexões centrais que guiaram a elaboração do díptico *Capitalismo e Esquizofrenia*, mostra-se uma tarefa que ainda está para ser feita.

⁴³ DELEUZE, Gilles. *Ibid.* p. 151.



Referências

- DAVID-MÉNARD, Monique. **Deleuze e a psicanálise**. Trad. Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- DELEUZE, Gilles. **Presentación de Sacher-Masoch: Lo frío y lo cruel**. Trad. Irene Agoff. Buenos Aires: Amorrortu, 2011.
- DELEUZE, Gilles. **Différence et répétition**. 7^a ed. Paris: PUF, 1993.
- FREUD, Sigmund. “Recordar, repetir e elaborar”. In: **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Trad. José Octavio de Aguiar Abreu. Vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1969.
- FREUD, Sigmund. “Além do princípio do prazer”. In: **História de uma neurose infantil: (“O Homem dos Lobos”): além do princípio do prazer e outros escritos (1917 – 1920)**. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- LACAN, Jacques. **Le Séminaire: Livre XI. Les quatre concepts fondamentaux de la psychanalyse**. Paris: Éditions du Seuil, 1973.
- LYOTARD, Jean François. **O pós-moderno explicado às crianças**. Trad. Tereza Coelho. Lisboa: D. Quixote, 1987.
- PELBART, Peter Pál. **O tempo não reconciliado**. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- PELBART, Peter Pál. “Tempos agonísticos”. In: **Concinnitas**. Ano 16, Vol. 2, n. 27, 2015.
- MONTEBELLO, Pierre. “L’instinct de mort chez Deleuze. La controverse avec la psychanalyse”. In: **doispontos**. Curitiba, São Carlos, vol. 8, n. 2. pp 15-26, outubro, 2011.